



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.
Sub-eixo: Ênfase na questão ambiental.

A USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE COMO MATERIALIZAÇÃO DOS INTERESSES DO CAPITAL.

LEONARDO PATRÍCIO DE BARROS¹

Resumo: O trabalho analisa os determinantes da construção da Hidrelétrica de Belo Monte em meio a variados conflitos e considerando parte do projeto de desenvolvimento do sistema de produção tipicamente capitalista no Brasil. O projeto da usina foi formulado durante a ditadura civil-militar no Brasil, entretanto, somente no governo do Partido dos Trabalhadores/PT que ela se concretiza e é nesse sentido que a problematização ganhou corpo evidenciando a força do capital sobre a classe subalterna, porém não sem enfrentar as resistências. Realizamos pesquisa qualitativa com levantamento de dados em fontes bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Belo Monte; Conflitos Sociais; Povos Indígenas.

Abstract: The paper analyzes the determinants of the construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant in the midst of various conflicts and considering part of the development project of the typically capitalist production system in Brazil. The project of the plant was formulated during the civil-military dictatorship in Brazil, however, only in the government of the Workers' Party / PT that it materializes and it is in that sense that the problematization gained body evidencing the force of the capital on the subaltern class, however not without facing resistance. We conduct qualitative research with data collection in bibliographical and documentary sources.

Keywords: Belo Monte; Social Conflicts; Indian people.

1 INTRODUÇÃO

No abordaremos a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no estado do Pará, como empreendimento que evidencia as particularidades de uma nova etapa da consolidação capitalista no Brasil. Obviamente entendemos este sistema como global, entretanto, acreditamos que em cada território ele encontrou determinados povos e culturas e diversas formas de resistência e consenso, fazendo com que os resultados de seus impactos tivessem particularidades em cada região.

Desta maneira, acreditamos que o processo de construção e funcionamento da referida usina revela aspectos fundamentais do processo de consolidação do capitalismo no Brasil. Em nossa pesquisa definimos que é

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <leonardo_pbarros@hotmail.com>

neste sentido que Belo Monte representa e apresenta de forma sólida os impactos que o capitalismo gera em países de economia periférica e revela as formas mais vorazes e bárbaras que a burguesia utiliza para possibilitar o lucro. A pesquisa evidenciou que a legislação foi desrespeitada ou modificada, cultura e modo de vida dos povos foram desconsiderados, além do ataque direto e indireto à fauna e à flora de regiões. A dinâmica da acumulação de capital como objetivo torna as necessidades humanas letra morta, mas não sem resistência e estratégias de consentimentos.

Assim, pretendemos a partir de uma análise realizada com base no materialismo histórico dialético identificar a obra como vantagem requerida pelo capital para sua reprodução. Desta maneira utilizamos fonte de dados secundários, bibliografia e documentação, para realizar nossa pesquisa.

Entendemos a usina hidrelétrica de Belo Monte como vantagem requerida pelo capital em busca de sua reprodução. A usina é a expressão da ânsia do capital em busca de valorização. Belo Monte tem seu planejamento na ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985), que significou momento de grande violência realizada pelo capital, por meio do Estado, para executar suas ações em busca de seu desenvolvimento no país. Impossibilitados pelo cenário de crise internacional conjugados com a eclosão dos movimentos sociais o capital é impedido de executar o projeto. No primeiro período neoliberal a partir dos anos 1990 a necessidade de arcar com os juros da dívida externa e o controle da inflação dirigiu a agenda pública para um Estado enxuto que executasse medidas de austeridade e por essa razão principal a construção da hidrelétrica permaneceu engavetada. Os movimentos de construção da hidrelétrica se tornam realidade concreta no governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) e isso evidencia a grande força que possui o capital, posto que um partido com um passado ligado aos movimentos sociais executa uma das principais obras de infraestrutura requeridas pela autocracia burguesa brasileira.

2 A USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

2.1 *Kararaô* (Belo Monte): sacrilégio contra os *Kayapós*

“Literalmente os *Kayapós* incorporaram naquele momento o significado literal da palavra *Kararaô* que em sua língua significa ‘grito de guerra’”. (COSTA, 2011). A citação deixa clara a afronta que era a hidrelétrica de *Kararaô* (Belo Monte) para os índios *Kayapós*, além de impactar de forma sem precedentes a região amazônica, aquela hidrelétrica receberia por nome uma expressão que significa “grito de guerra” no dialeto dos índios da etnia *Kayapó*. A esta afronta os índios não sucumbiram e resistiram como veremos posteriormente. O projeto da Usina Hidrelétrica de *Kararaô* foi elaborado em 1975, no governo militar do então presidente Ernesto Geisel (1974 – 1979), e fazia parte do projeto do Complexo Hidrelétrico de Altamira, no estado do Pará. Conforme dados do Instituto Socioambiental/ISA o projeto em questão tinha por objetivo a construção de cinco hidrelétricas que seriam situadas nos afluentes

do Rio Xingu. O objetivo era o maior aproveitamento da bacia do rio Xingu localizado no sudoeste do estado do Pará e a produção do montante energético de cerca de 19 mil *megawatts*.

Segundo as fontes pesquisadas, o primeiro projeto previa que o barramento do rio ocasionaria o alagamento de aproximadamente 18 mil km² atingindo sete mil índios de 12 terras indígenas. Quanto aos impactos que seriam gerados pelas construções, cerca de quarenta povos indígenas seriam afetados. As Terras Indígenas Arará, *Kararaô*, Cachoeira Seca, *Xipaya*, *Kuruáya*, *Itura-Itatá*, Trincheira Bacajá, *Araweté Igarapé Ipixuna*, *Apyterewa*, *Koatinemo*, *Paquiçamba* e Arará da Volta Grande do Xingu seriam diretamente ameaçados pelos empreendimentos, posto que seus territórios acabariam alagados, total e parcialmente, dependendo da localização da tribo.

Cabe ressaltar que desde o início do ciclo desenvolvimentista², por ocasião da industrialização, a disputa pelo controle da água assume lugar importante no cenário brasileiro

Com a crescente industrialização, a demanda por energia elétrica passou a aumentar exponencialmente, requerendo novas e maiores barragens que permitissem explorar o potencial hidrelétrico. Após um interregno, devido à Segunda Guerra, na década de 1950, foram retomados os investimentos públicos, que foram, em grande medida, financiados por empréstimos externos. Diversas empresas estaduais foram criadas para administrar a expansão da geração elétrica e, entre 1930 e 1960 (...). (IORIS, 2009).

Com a necessidade de aumentar a produção de energia para impulsionar o desenvolvimento do país a criação de polos produtivos de energia tornou-se essencial para a continuidade da expansão produtiva e de consumo. Considerando o potencial hídrico do país, 55. 467 mil km² de bacia hidrográfica - o que destoa de muitas regiões mundiais - a construção de usinas hidrelétricas foi o caminho definido para a geração da eletricidade demandada pela indústria e arquitetura. O que poderia se converter inclusive num atrativo para investidores internacionais porque teriam insumos abundantes.

É interessante pensarmos que é neste momento histórico que nos deparamos com o fim do chamado “milagre econômico”³ e o governo brasileiro ainda tentava em meio ao esgotamento da política “linha dura” dos generais executar mecanismos de continuação do desenvolvimentismo; é imprescindível pensarmos que em meio aos impactos da crise do petróleo iniciada em 1970 e com o colapso do *Welfare-State* o governo brasileiro insistia na manutenção de uma política baseada na industrialização fortemente financiada pelo capital estrangeiro. Esse cenário subsidia a ideia de que o Brasil não se explica por

² Ciclo de desenvolvimento brasileiro que se inicia com Getúlio Vargas e vai até o fim da ditadura civil-militar. Este ciclo significou a implementação e consolidação da industrialização brasileira com base na economia baseada na industrialização substitutiva de importações. (GONÇALVES, 2013).

³ “Milagre econômico brasileiro é a denominação dada à época de crescimento econômico elevado durante o Regime Militar no Brasil, entre 1969 e 1973, também conhecido como “anos de chumbo”. Nesse período do desenvolvimento brasileiro, a taxa de crescimento do PIB saltou de 9,8% a.a. em 1968 para 14% a.a em 1973, e a inflação passou de 19,46% em 1968, para 34,55% em 1974. Paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda e da desigualdade”. (WIKIPÉDIA, 2018)

ele mesmo, mas pela inserção na divisão internacional do trabalho como território essencial para a valorização do capital estrangeiro.

Os processos de desenvolvimento no país se iniciam com grande atraso se comparados com os países centrais, vide a República, abolição dos escravos e implementação capenga de indústrias no país. O que se pretende observar neste sentido é que o Brasil, como os demais países periféricos, significa fonte de exploração para expansão e valorização do capital externo e podemos entender este atraso industrial estrutural na formação brasileira como funcional ao sistema capitalista. Os países dominantes saem na frente nos processos de desenvolvimento do capitalismo e vêem nos países subdesenvolvidos potenciais regiões de expansão e valorização de seu capital.

Na década de 1960, em um cenário internacional completamente controverso, o Brasil insiste em investir em um modelo baseado no fordismo que já apresentava grandes sinais de exaurimento na Europa e nos Estados Unidos, empresas como *Volkswagen*, *Ford* e *General Motors* se inserem no país atraídas pelas excelentes condições de isenções fiscais promovidas pelo regime, além de variadas condições lucrativas tipicamente oferecidas pelos países subdesenvolvidos as empresas transnacionais. É no processo de conjugação do arcaico com o moderno⁴ em que o país perpetua sistemas de dominação conjecturados por uma base colonial de modernização da cadeia produtiva que o Brasil sustentou e solidificou o seu processo de inserção no mundo capitalista, o país assentou-se no cenário do capitalismo mundial como potência subdesenvolvida e tratou de cimentar sua posição como paraíso de recursos naturais e fonte inesgotável de recursos para exploração, sejam eles *commodities* ou mão de obra barata, a partir da falácia do desenvolvimento “(...) as medidas dos anos de recessão e o ajuste do começo do período, que incluíram isenções fiscais (...)” (MARREIRO, 2015) serviram para “a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras)” (MENDONÇA, 1986, p.91).

Portanto, é neste sentido que o Complexo Hidrelétrico de Altamira surge, para atender à demanda energética das indústrias e dar continuidade ao processo de acumulação das transnacionais, pois era preciso sustentar a produtividade e dar seguimento à valorização de capital no processo produtivo e a energia elétrica é um insumo que cumpre papel essencial para o processo produtivo.

O Complexo Hidrelétrico de Altamira, portanto emerge como estratégico, desde a ditadura, para incrementar a acumulação de capital. A pesquisa levantou uma série de dados sobre esse processo que possibilita observar a cronologia dos acontecimentos, os elementos que atrasaram a materialização da hidrelétrica e o remodelamento do empreendimento. Assim, na tabela abaixo destacamos os principais marcos, ao longo desses mais de quarenta anos.

⁴ (...) a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbano e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 1988, p. 36).

Tabela 1: A cronologia de *Kararaô* a Belo Monte

Ano	Acontecimentos
1975	<ul style="list-style-type: none"> O aproveitamento hidrelétrico da Amazônia, cujo potencial representa 60% do total do país, figura entre as prioridades do projeto desenvolvimentista de industrialização brasileira e começa a ser diagnosticado na década de 1970. A recém-criada Eletronorte, subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás na Amazônia Legal, inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. O trabalho de mapear o rio e seus afluentes e definir os pontos mais favoráveis para barramentos ficou sob a responsabilidade do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., integrante do grupo Camargo Córrea.
1980	<ul style="list-style-type: none"> Finalizado o relatório dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Para o aproveitamento integral da Bacia do Rio Xingu, foram previstos sete barramentos, que gerariam 19 mil megawatts (MW), metade da capacidade instalada nas hidrelétricas brasileiras à época. A partir das recomendações do relatório final do estudo, a Eletronorte inicia os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira, que reunia as Usinas de Babaquara (6,6 mil MW) e <i>Kararaô</i> (11 mil MW).
1986	<ul style="list-style-type: none"> Concluído o Plano 2010 – Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Propõe a construção de 165 usinas hidrelétricas até 2010, 40 delas na Amazônia Legal, com o aumento da potência instalada de 43 mil MW para 160 mil MW, e destaca: “pela sua dimensão, o aproveitamento do Rio Xingu se constituirá, possivelmente, no maior projeto nacional no final deste século e começo do próximo”. Os estudos do Plano indicam <i>Kararaô</i> como a melhor opção para iniciar a integração das usinas do Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro. Até então, os estudos de Babaquara eram a prioridade.
1988	<ul style="list-style-type: none"> O Relatório Final dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu é aprovado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica/DNAEE, extinto órgão regulador do setor elétrico. Em novembro, lideranças <i>Kaiapó</i> se reúnem na aldeia <i>Gorotire</i> para discutir as barragens projetadas para o Rio Xingu, ocasião em que decidem convidar autoridades brasileiras para um grande encontro com os

	povos indígenas que seriam afetados pelas usinas. A convite de Paiakan, uma equipe do CEDI participa da reunião na aldeia <i>Gorotire</i> , assessorando os <i>Kaiapó</i> na formalização, documentação e encaminhamento do convite às autoridades.
1989	<ul style="list-style-type: none"> Realizado o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro, em Altamira (PA). Patrocinado pelos <i>Kaiapó</i>, conta com a participação da equipe do CEDI desde o início dos preparativos até a implantação, realização e avaliação do encontro. Seu objetivo é protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios e contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu.

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do blog Xingu Vivo (<<http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/cronologia-de-um-desastre-anunciado/>>).

Os povos indígenas que seriam afetados pelas obras realizaram processos de resistência essenciais para que as obras não tivessem início imediato. Obviamente que determinadas legislações precisavam ser cumpridas e protocolos executados como os estudos de viabilidade técnica, econômica e relatórios, entretanto, a força dos movimentos sociais executou importante papel na mudança das estratégias daqueles envolvidos no planejamento, pois como veremos adiante *Kararaô* é abandonada e Belo Monte surge com outra configuração, posteriormente. Não podemos deixar de enfatizar que a nova usina também fere mortalmente o meio ambiente e os povos da região, porém os impactos dela são consideravelmente menores que os impactos que *Kararaô* iria gerar naquele lugar e isso se deve pelas pressões e lutas exercidas pelos indígenas, ribeirinhos e movimentos de ambientalistas, sendo o I Encontro dos povos indígenas do Xingu considerado um marco de representatividade, quando no ano de 1989 -, a atitude da índia Tuíra⁵ é a personificação da força da resistência indígena. Ali podemos ver o embate entre as forças antagônicas de representantes da burguesia e da classe subalterna, mas podemos também observar que embora o capitalismo tenha força e ímpeto para subjugar os subalternizados, ao se depararem com a face mais bárbara do capital se levantam contra ele se impõem fazendo surgir no jogo de correlação de forças impeditivos para o sistema.

Assim, podemos entender que o primeiro plano de construção do ano de 1975 -, foi remodelado e a usina levou aproximadamente 40 anos para sair do papel em grande parte pela resistência dos movimentos sociais, em especial indígenas e ambientalistas.

2.2 A Usina Hidrelétrica de Belo Monte

⁵ No I Encontro dos povos indígenas do Xingu a índia Tuíra encosta a lâmina de seu facão no rosto de José Muniz Lopes, na ocasião presidente da Eletronorte. Àquele gesto significou um marco da resistência indígena ao projeto de *Kararaô*.

Como anteriormente exposto, o projeto que visava à construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu foi remodelado em 1994 por conta de pressões dos movimentos indígenas e ambientalistas dando lugar ao projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, onde somente as terras indígenas *Paquiçamba* e Arara da Volta Grande do Xingu seriam diretamente afetadas, ficando para as demais os impactos indiretos. A nova forma de usina recebeu o nome de Belo Monte e a obra foi realizada por uma plêiade de empresas privadas organizadas num consórcio nomeado Norte Energia S.A. Pela centralidade que essas empresas de construção civil alcançam na trajetória capitalista nacional, vale saber que o consórcio⁶ foi constituído com variadas participações acionárias, como segue: J. Malucelli, 2%; Serveng, 3%; Galvão, 10%; Contern, 10%; OAS, 11,5%; Queiroz Galvão, 11,5%; Camargo Correa, 16%; Odebrecht, 16%; Andrade Guitierrez, 18%; Cetenco, 2%. Esses percentuais demonstram a responsabilidade que cada empreiteira exerce nas obras, e a participação nos lucros gerados com a produção e comercialização de energia são apropriados pelas empresas supracitadas, posto que a concessão oferecida pelo governo ao consórcio é de 35 anos e os lucros originados pelo mercado de energia são repartidos entre os integrantes do Norte Energia durante este período.

A partir desses dados pode-se perceber a ausência do Estado no tocante a participação acionária na hidrelétrica, e isso significa que as empresas estatais não estão diretamente envolvidas na construção (a não ser por intermédio do financiamento das obras via BNDES⁷) e não serão as principais beneficiárias no processo de apropriação da riqueza gerada por Belo Monte durante pelo menos três décadas e meia (período previsto pelo contrato de concessão da usina as empresas no tocante a administração da hidrelétrica). O que nos mostra que o Estado neoliberal tem exercido um papel fundamental, por meio das concessões, no incentivo à acumulação de capital e evidencia uma forte tendência neoliberal na execução das políticas econômicas.

Ainda sobre a remodelação da usina cabe ressaltar que por meio da portaria 729 de 25 de novembro de 1994 cria-se um grupo de trabalho/GT com o objetivo de reavaliar o empreendimento realizando a atualização dos estudos e a análise da viabilidade sócio-política da construção. O GT apresentou à Eletrobrás proposta para que fossem diminuídos os impactos nas águas do rio *Bacajá*, eliminação da interferência do reservatório com a Terra indígena dos *Paquiçamba* e diminuição da área de alagamento produzido pelas barragens, diminuindo custos com as realocações. A dificuldade em acertar as contas internas para permitir os investimentos nos setores produtivos perdurou até 1998, quando o Plano Real e as políticas de austeridade começaram a alcançar resultados satisfatórios no controle da inflação. Em 1999 a Eletrobrás recebe autorização do Ministério de Minas e Energia para dar continuidade aos estudos técnicos necessários para as obras.

⁶ Consórcio pode ser definido como uma associação de empresas que possuem operações comuns para chegarem a determinado fim.

⁷ BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é uma empresa pública federal pela qual o governo realiza financiamentos para que se realizem os investimentos em todos os segmentos da economia. O banco foi fundado em junho de 1952 na administração do presidente Getúlio Vargas pela Lei 1.628 de 20 de junho de 1952, como estratégias dos projetos desenvolvimentistas.

Os desentendimentos entre o empresariado, os nativos e os ambientalistas continuaram. Conforme dados das fontes pesquisadas, no período de julho de 2001 a fevereiro de 2002 o país vivenciou uma grave crise energética que se convencionou chamar de “apagão”. Acreditou-se que era possível que picos de energia acontecessem no país e foi realizada campanha nacional de racionamento, definindo-se que o consumo mensal de cada residência deveria ser de 320kw/hr e que a concessionária de energia deveria cobrar multa de 50% a mais sobre o valor excedido. Os dados coletados no ISA evidenciam que 50% da energia produzida no país é consumida por indústrias. Por outro lado, o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE demonstra que no meio rural ainda existem domicílios sem energia elétrica, do total de domicílios brasileiros 1,3% não possuem energia elétrica, sendo que 7,4% se concentram nas áreas rurais e ocupando o pior lugar no *ranking* ficam as áreas rurais da região Norte, local onde se encontra Belo Monte, com 24,1% de casas sem iluminação elétrica. E no momento em que surge a possibilidade de “apagão” o racionamento “voluntário” é direcionado para a população, na medida em que a produção não pode parar por conta da acumulação de capital.

Belo Monte no governo de Fernando Henrique Cardoso era um projeto, e somente em 1996 foi realizada nova movimentação em relação à usina. Momento em que a Eletrobrás realiza o “desenvolvimento do complemento para o estudo de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte” (BÔAS, 2017). Até 2001 são realizados os movimentos necessários para os estudos socioambientais para que Belo Monte seja construída, porém em maio do mesmo ano surge o primeiro embargo judicial para a usina, posto que as condicionantes definidas com base no Estudo de Impacto Ambiental/EIA e Relatório de Impacto Ambiental/RIMA24 não foram cumpridas. Naquele mesmo ano foi decretada a medida provisória 2.152/2 que estabeleceu que o Conselho Nacional do Meio Ambiente deveria simplificar o licenciamento de empreendimentos de baixo impacto ambiental, medida essa podemos interpretar a partir de um conceito abordado por Reinaldo Gonçalves como desregulação de *jure* “(...) via mudanças na legislação que favorecem os interesses do capital” (GONÇALVES, 2013, p. 58), mostrando mais um dos mecanismos utilizados via Estado para que a demanda capitalista seja atendida. Ou seja, existia já nesse momento a necessidade de maior produção de energia para o consumo de grandes empresas eletrointensivas e por meio da medida provisória os mecanismos de regulação foram atenuados. É também nesse período que se observa a retomada dos movimentos sociais contrários à usina, quando 113 organizações sociais se unem e elaboram o “SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia” que denunciava os interesses em jogo com a construção de Belo Monte e articulação de prefeitos e vereadores da região pela Eletronorte. É nesse cenário em que o discurso dominante afirma que é imprescindível para o desenvolvimento da nação o investimento maciço no setor de geração de energia e conseqüente construção de usinas hidrelétricas, objeto também de embargos judiciais que se configura Belo Monte. No contexto do embate sobre

a necessidade de expansão capitalista e a reivindicação de direitos sociais que a usina se encontra, desde seu primeiro momento até hoje.

2.3 Os conflitos sociais em Belo Monte: a violência exercida pelo capital em favor da acumulação

No governo Lula (2003 – 2010) Belo Monte ocupa lugar de pompa fazendo parte dos empreendimentos mais importantes do Programa de Aceleração do Crescimento/ PAC⁸. Os estudos e relatórios de impacto ambiental são retomados por decisão do Governo Federal, deixando claro que a intenção do novo governo é dar andamento à construção da hidrelétrica e realizar, de fato, os investimentos necessários para o alargamento da produção de energia.

Antes mesmo de sua posse, o ex-presidente já havia deixado claro qual seria sua linha de governo, em sua carta ao povo brasileiro, quando evidencia que o objetivo central de seu mandato era reestruturação da economia, colocando o país novamente “nos trilhos do desenvolvimento” conjugando esse formato com a execução da justiça social. Identificava que a fortificação de um mercado interno seria base importante para o retorno da estabilidade financeira, Lula desejava “criar um amplo mercado interno de consumo de massas (...) e abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais” (SILVA, 2002). Assim, podemos perceber que em sua carta, o ex-presidente se utiliza da apologia do desenvolvimento das forças produtivas do capital, conjugada com justiça social, como se isso fosse sistematicamente possível o que não é, posto que o capitalismo é estruturalmente produtor de desigualdade. Mandel (1982) afirmava que as estratégias ideológicas são necessidades da classe dominante como forma de acalmar os ânimos da classe proletária (sendo esse o objetivo da referida carta, considerando o histórico de militância de Lula, de caráter socialista a burguesia nacional se mostrou apavorada pela possibilidade da execução de uma transmutação do projeto político e societário vigentes).

Belo Monte, durante todo o primeiro mandato do presidente, foi marcada por conflitos gerados pelo embate entre o Governo Federal e os movimentos sociais que defendem o meio ambiente e os direitos indígenas. O Ministério Público Federal e o Tribunal de Justiça em vários momentos embargaram o projeto por descumprimento da legislação, sobretudo o não cumprimento das condicionantes estipuladas pelos órgãos reguladores e violação dos direitos indígenas previstos na Constituição Federal de 1988. A partir do capítulo VIII a carta magna prevê que para o aproveitamento de recursos em terras indígenas a consulta das comunidades afetadas deve ser realizada, porém as fontes da pesquisa mostram que essa legislação foi descumprida e mesmo assim as negociações para a construção de Belo Monte se mantiveram. Os conflitos não

⁸ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) compõe o planejamento do Governo do Partido dos Trabalhadores, criado na administração do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo decreto nº 6.025 de 22 de janeiro de 2007. O programa é voltado para retomar, planejar e executar o investimento em obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país visando o desenvolvimento sustentável e acelerado da nação, além de ser “constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura(...)” (BRASIL, 2017).

se realizam somente na esfera judicial, mas conflitos diretos e sangrentos ocorreram por conta da possibilidade das obras de Belo Monte. Em maio de 2008 indígenas contrários a hidrelétricas feriram um dos engenheiros em um debate sobre a usina (GLOBO, 2018). Em 29 de setembro de 2009 quarenta pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa, em especial brasileiros, realizam estudos e publicam um painel com as pesquisas e produzem um relatório intitulado “Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte” que conclui de modo geral pela inviabilidade da usina, demonstrando os excessivos custos sociais e ambientais associados a ela (HERNANDEZ e SANTOS, 2018).

A ex-presidente Dilma Rousseff (2011– 2016) dá continuidade aos programas do governo Lula e conseqüentemente a Usina Hidrelétrica de Belo Monte permanece na pauta do governo. Em 26 de janeiro de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) autoriza ao Consórcio Norte Energia dar início às obras. Assim, é no governo Dilma que finalmente Belo Monte passa de apenas um projeto para a realidade concreta da Amazônia. O procedimento envolve a autorização para o desmatamento de 238,1 hectares, sendo 64,5 hectares localizados em Área de Preservação Permanente/APP. Essa autorização dada pelo IBAMA permite que as empresas realizem o processo de acampamento, construção de canteiro industrial e área de estoque de solo e madeira. O Ministério Público do Pará reclamou que as condicionantes da Licença Prévia 342/2010 não foram resolvidas de acordo com o previsto, o que não assegurava a legalidade do procedimento. Após a liberação das obras os conflitos se intensificaram e além de nativos da região, os trabalhadores também se colocaram temporariamente contra as obras por descumprimento da legislação trabalhista. As condições de trabalho oferecidas pelas empresas eram péssimas e algumas situações tinham características análogas à escravidão, os alojamentos eram ruins e o tratamento nos canteiros era através da coerção (SAUD, 2018). Todos os problemas sociais gerados por Belo Monte desde o início de sua implementação, no governo Lula, se estenderam ao longo do governo Dilma.

Segundo dados da comissão pastoral da terra (2017) em 2010 um total de 6000 famílias estiveram envolvidas em conflitos por consequência da ameaça de expropriação para construção das barragens. Em 2011 aproximadamente 6000 famílias estiveram em situação de conflito pelo não cumprimento dos procedimentos legais, já em 2012 o quantitativo de de 5.636 famílias foi impactada, também, pelo não cumprimento dos procedimentos legais. No ano de 2013, por volta de 300 famílias estiveram na eminência de serem expropriadas e em 2014 e 2015 o total de 5241 famílias, (este mesmo número para os dois anos, respectivamente) estiveram envolvidas em conflitos por falta de projetos de reassentamento. Entretanto, existe a particularidade em 2014 em que 2048 famílias estiveram envolvidas, também, em conflitos pela falta de cumprimento dos procedimentos legais. E, finalizando os dados disponibilizados, no ano de 2016, 5241 famílias foram afetadas pelo não cumprimento dos procedimentos legais. Cabe ressaltar que todos estes conflitos estão ligados a construção de barragens e açudes.

Os dados supracitados nos revelam que famílias inteiras foram colocadas em situação de expropriação onde projetos de reassentamento foram estruturados em um formato em que os modos de vida acabaram desconsiderados em favor da necessidade de produção de energia, a política falaciosa dos governos do Partido dos Trabalhadores colocou no centro das ações do Estado o crescimento econômico e embora a justiça social fizesse parte do discurso, na prática o que podemos observar é que o que ocupa lugar primordial são as obras em detrimento da dignidade humana, quando famílias inteiras foram retiradas de seus lugares de moradia e sem nenhum planejamento ficaram à mercê das decisões do consórcio. Isso demonstra o quanto o capitalismo possui espírito animalesco e desconsidera qualquer coisa que não seja o capital.

Eles afirmam que as alterações no curso do rio já começaram a provocar danos ambientais e sociais. "Conforme vai aumentando a profundidade, o oxigênio vai diminuindo", afirma Cristiane Costa Carneiro, bióloga da Universidade Federal do Pará, que analisa a água do local. "Antes, a gente pescava para se alimentar e para vender. Hoje, só para se alimentar, e é difícil ainda", lamenta o índio juruna Jair Pereira. Para compensar os danos sociais provocados pela hidrelétrica, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) exigiu, em 2011, que a Norte Energia implantasse integralmente equipamentos de saúde e educação. Uma das obrigações da empresa responsável por Belo Monte foi a reforma e ampliação do Hospital Geral de Altamira, para reforçar o atendimento no município com a chegada de mais de 30 mil trabalhadores da usina. Mas a unidade só ficou pronta em 2015 e até o momento o hospital ainda não foi inaugurado. (...). Quem deve operar aquilo é quem recebeu, é a Prefeitura. Nós não temos, como empreendedor, nenhuma obrigação nem responsabilidade de administrar a coisa pública', justifica Duílio Diniz de Figueiredo, presidente da Norte Energia. (GLOBO, 2018).

O trecho da reportagem mostra na essência o quão vil é a barbárie capitalista, as condicionantes não são cumpridas e mesmo assim as obras continuam, quando são paradas logo depois por liminares voltam à todo vapor, porém a população pobre sofre com as mazelas sociais sendo agudizadas como resultado de acordos envolvendo corrupção e ânsia pela construção da usina. A questão aqui não está ligada em posicionar o trabalhador como o ser marcado para sofrer, mas evidenciar que em favor das obras de desenvolvimento manutenção do sistema produtivo a subalternização da classe proletária se torna processo importante e necessário.

A Norte Energia em conflito com a prefeitura se atenta a quem deve gerir o hospital, evidentemente nenhuma das partes quer ter maiores gastos de dinheiro e nesse sentido a população recebe os impactos da falta de uma unidade de saúde que lhes atenda as demandas. É neste sentido que colocamos ser o lucro central na sociedade dominada pelo capital, e a vida e a saúde desconsideradas, prefere-se que pessoas não tenham acesso a saúde do que se acumule um *déficit* no orçamento. Além do não cumprimento das condicionantes acarretarem extrema piora nas condições de vida das populações próximas à Belo Monte existe a aumento do contingente

populacional acarretado pelas obras, evidente que a problemática não está no número de pessoas e sim na péssima qualidade dos serviços públicos que já eram oferecidos antes do aumento populacional. Nas fontes pesquisadas percebemos que a média de homicídios na cidade após o início das obras era de 57 por 100 mil habitantes e entre 2011 e 2014 o número de assassinatos por ano, em Altamira, teve um aumento de aproximadamente 80%, segundo dados do Dossiê Belo Monte (BÔAS, 2017, p. 10).

3 CONCLUSÃO

Desta maneira assim entendemos Belo Monte, como um dos muitos casos de materialização da dinâmica capitalista de expropriação da terra, das riquezas, do trabalho. Percebemos a usina como uma obra cunhada pela ideologia do desenvolvimento em que se apregoa que embora os impactos sobre o meio ambiente e sobre a vida das famílias seja um mal necessário para que o país continue crescendo economicamente, a classe trabalhadora é chamada a ocupar o lugar de um cordeiro para a salvação da nação, frases de efeito como “apertem os cintos”, “primeiro crescer para depois distribuir” ou “medidas impopulares são necessárias para que o país volte aos trilhos” servem como artimanhas para conseguir o consenso junto aos trabalhadores e legitimar as ações que viabilizam o continuísmo desse processo produtivo baseado na produção de mais-valia.

Inundar terras indígenas inteiras, acabar com as possibilidades de trabalho de pescadores e diminuir o oxigênio nos rios por consequências da criação de barragens e assim aumento da profundidade dos rios, resultando na morte de cardumes inteiros são irrelevantes, na lógica capitalista, já que a usina vai gerar energia para que as indústrias continuem aumentando sua produção e assim mantendo o processo de abastecimento do mercado e desta maneira evitando a interrupção da máquina do capital.

Quando apontamos Belo Monte como um empreendimento de capitalismo à brasileira queremos evidenciar que os aspectos inerentes ao sistema capitalista de expropriação de mais-valia, apropriação da terra, corrupção são neste ambiente de potência subdesenvolvida muito mais exacerbados, além de os lucros que aqui são produzidos seguirem um fluxo internacional, os países de capitalismo desenvolvido se apropriam das riquezas que são aqui produzidas.

Belo Monte foi construída não só por empresas nacionais, mas também por transnacionais e isso significa que durante 35 anos parte dos lucros com a produção de energia serão direcionados ao capital internacional, as empresas que irão receber a energia produzida pela usina também possuem participação internacional e suas produções gerarão lucros a elas, assim percebemos uma teia muito bem montada em que o capital produzido no país de uma forma ou de outra segue esse caminho para os cofres das grandes potências capitalistas, seja por meio de compra de equipamentos, pela venda de ações de estatais, pelo pagamento de dívidas dentre outros meios. O que se pretende dizer é que o atraso em que o país esteve inserido desde sua colonização e o lugar que ele ocupa na divisão internacional do trabalho desmistifica o

subdesenvolvimento como etapa para o desenvolvimento e evidencia que nesse sentido o Brasil ocupa lugar fundamental na valorização do capital internacional e Belo Monte é um dos vários mecanismos pelo qual isso ocorre.

REFERÊNCIAS

BÔAS, André-Vilas. et. al. **Dossiê Belo Monte: não há condições para a licença de operação**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossiebelo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. **Energia elétrica chega a 97,8% dos domicílios brasileiros, mostra censo demográfico**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/11/energiaeletrica-chega-a-97-8-dos-domicilios-brasileiros-mostra-censo-demografico>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. Guia de procedimentos do licenciamento ambiental federal. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/Procedimentos.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. MPF denuncia seis pessoas por trabalho escravo e exploração sexual em Belo Monte. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/mpf-denuncia-seis-pessoaspor-trabalho-escravo-e-exploracao-sexual-em-belo-monte>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. **Sobre o PAC**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> Acesso em: 10 dez. 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Massacre no Campo**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/category/6-conflitos-pelaagua?Itemid=-1>>. Acesso em 20 dez. 2017.

COSTA, Eduardo José Monteiro. **Usina hidrelétrica de Belo Monte, desenvolvimento para quem?** Disponível em: <<http://www.professoreduardocosta.com.br/2011/05/usinahidreletrica-de-belo-monte.html>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

ELETRONORTE. **Eletronorte**. Disponível em: <<http://www.eletronorte.gov.br/opencms/opencms/aEmpresa/>>. Acesso em: 10 de dez. 2017.

GLOBO. **Construção de Belo Monte afeta a vida de comunidades no sudoeste do Pará**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/05/construcao-de-belo-monte-afeta-vida-de-comunidades-no-para.html>>. Acesso em: 05 de jan. de 2018.

_____. **Índios são flagrados atacando engenheiro da Eletrobrás no Pará.** Disponível em: < <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL488653-5598,00-INDIOS+SAO+FLAGRADOS+ATACANDO+ENGENHEIRO+DA+ELETROBRAS+NO+PARA.html> >. Acesso em: 28 fev. 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
IORIS, Antônio. **Desenvolvimento Nacional e gestão de recursos hídricos no Brasil.** Disponível em < <http://journals.openedition.org/rccs/329> >. Acesso em: 10 de dez. de 2017.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Victor Civita. 1982.
MARREIRO, Flávia. **Série inédita brasileira mostra salto da desigualdade no começo da ditadura.** Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/29/economia/1446146892_377075.htm >. Acesso em: 08 dez. 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v.1-2.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. Histórico. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.
OLIVEIRA, F. de. **A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista.** 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacionalista. In. _____. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Sônia M. S. Ba. M.; HERNANDEZ, Francisco del Moral. (Orgs.). **Painel de especialistas: análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte.** Disponível em: <https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2018.

SAUD, Larissa. **Operários denunciam condições precárias de trabalho e moradia em terceirizada da Norte Energia.** Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2014/04/14/operarios-denunciam-pessimas-condicoes-detrabalho-e-moradia-em-terceirizada-da-norte-energia/> >. Acesso em: 03 mar. 2018.

SILVA, Luis Inácio Lula. **Carta ao povo brasileiro**. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso dez.
2017.

WIKIPÉDIA. **Milagre econômico brasileiro**. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Milagre_econ%C3%B4mico_brasileiro>. Acesso
em: 02 mar. 2018.